A man in a grey suit, white shirt, and red striped tie is sitting at a desk, writing in a notebook with a pen. He is looking down at the notebook. In the background, there is a bookshelf filled with books. The image is overlaid with a dark red diagonal banner that contains the title and author's name.

**A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA  
POLÍTICA PARA A QUALIFICAÇÃO  
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

CLAUDIO CÉSAR DE ANDRADE

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

# SUMÁRIO



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As contribuições da Ciência Política para os agentes da Administração Pública são plásticas e envolvem desde a direção de escolhas no ato de governar e priorizar ações que beneficiem o coletivo até noções de poder e suas institucionalizações como a essência da autoridade e da gestão administrativa legais e legítimas que consideram os princípios constitucionais.

É vital para o estudante de Administração Pública o conhecimento do fenômeno da governança e suas variáveis, sob o enfoque da ciência política, como as organizações de interesse que circulam entre a representatividade política dos governantes e a participação política dos governados na formação de uma agenda comum.


Pesquisas comprometidas de cientistas políticos clássicos e contemporâneos e de teóricos da Administração Pública, em convergência, sensibilizam e potencializam interlocutores brasileiros que pensam novas maneiras de envolver os cidadãos brasileiros em uma interdisciplinaridade que reúna, simultaneamente, a cooperação pública de atores governamentais e não governamentais em uma mistura saudável de agentes públicos e privados que propicie um ambiente público que favoreça valores públicos e bens públicos de uso coletivo, além das hierarquias.

Seguramente isto é possível ao se compreender as aplicações práticas e possibilidades de intervenção e contato com a realidade política.

Hoje, diferente do passado, há a favor um número de dados incomparavelmente maior e o aspecto positivo de ver crescer o interesse político das pessoas para entender o atual mundo sistêmico da política.

Para atingir as mudanças necessárias não basta mudar o indivíduo, é necessário alterar, também, as estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais. Daí a necessidade de pensar política e administração, compreendendo a importância da Ciência Política enquanto problematizações e diagnósticos que resultem em uma atividade política que agregue valor às ações de cargos administrativos na República Brasileira em todas as esferas públicas. A Ciência Política é parte imprescindível dos currículos de formação em Administração Pública porque se ocupa do poder de ação e suas múltiplas relações com a sociedade. Não basta que cada um seja melhor, apenas de forma fragmentária. As possibilidades das iniciativas individuais e a cooperação dos particulares, formadas de maneira individualista e competitiva, não são capazes de dar respostas necessárias e urgentes para os problemas causados pela falta de responsabilidade da política internacional, nacional, regional e local, no tempo presente.


É inegável que se está diante de uma crise civilizatória organizacional que atinge diretamente o grande público mundial. Neste sentido, o estudo da ciência política é muito útil, pois ela se serve, hoje, de um conjunto maior da denominada política comparada, em franco diálogo com as relações internacionais.



Por esta razão este pequeno conjunto de ideias e inovações, tendo como objeto os estudos da ciência política, reforça as diretrizes do Curso de graduação de Administração Pública EAD, com interesse cada vez maior pelo bem comum real, instigando a sensatez dos responsáveis autorizados para uma nova proposição executiva inovadora, eficiente e sustentável.

Deste modo, prospecta-se, com a colaboração da ciência política, a qualificação da excelência na Administração Pública com uma visão de inovação para a cooperação pública em favor de um novo valor público com objetivos claros de apontar soluções de alto impacto social e baixo custo econômico para que os gestores da Administração Pública, direta e indireta, enfrentem os desafios da gestão pública em tempo de crise, propondo uma nova cultura organizacional na esfera federal, estadual e municipal, sensibilizando os atores e agentes da Administração Pública para uma política institucional empreendedora e sustentável, por meio de uma articulação que considera uma nova educação executiva em favor de uma política de cooperação pública legal e legítima.

O diagnóstico claro da realidade, no que tange à esfera pública do tempo presente, permite uma ação voltada para novos horizontes, com outra configuração. Pensar a contemporaneidade no que diz respeito às organizações públicas, é pensar o social, o econômico e as relações com outro uso, sempre moderna, sustentável e competente.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

Há que se pensar com alicerces. Segundo Montesquieu “[...] somente uma educação intensiva fará nossa natureza egoísta ceder lugar a costumes abnegados, à virtude na coisa pública.” (MONTESQUIEU, 1979, p. 4). A ciência política, uma disciplina histórica, está em transformação. O homem enfrenta novos problemas e, quando descobre a solução para eles, tem o dever moral de resolvê-los. Isto se denomina leis de tendências. Por esta razão, pretende-se que estes *Novos materiais para uma Administração Pública: a contribuição da Ciência Política*, em forma de e-book, seja a porta de entrada para que o corpo discente possa, além de descrever fenômenos, explicá-los, com o suporte da ciência política. Sejam bem-vindos para esta leitura.

## Capítulo I

# CONCEITOS E RECORTES DA CIÊNCIA POLÍTICA: APONTAMENTOS INICIAIS

Diferentemente de outras ciências, a ciência política, tem potencialidade para atuar em todas as outras esferas, uma vez que tudo é uma questão política e, por esta razão, quase sempre há uma sobreposição da política em outras dimensões, sejam elas, econômicas, sociais, jurídicas, morais e até mesmo, religiosas. É muito difícil enquadrar a ciência política em apenas uma dimensão, dado sua complexidade. O político tem sempre relação com outros âmbitos, seja de forma direta ou indireta, uma vez que o poder e a autoridade estão inscritos em todas as esferas, seja no público ou no privado.

São muitas as definições de poder. Ele é atemporal, significando sua capacidade para agir de determinado modo, ainda que algo ou alguém se oponha, resultando consequências diversas, sejam elas positivas ou negativas. Daí seu caráter fenomenal. Entre muitos pensadores da política que se destacaram com suas considerações sobre poder, é o sociólogo Max Weber aquele que melhor compreendeu sua assertiva: “[...] poder é a probabilidade que um ator tem, dentro de uma relação social, de prosseguir a sua própria vontade, apesar das resistências.” (WEBER, 1997).

Entre tantas apropriações sobre o conceito de poder e as várias tipologias, seguramente, as mais relevantes são aquelas que têm um




maior peso social, seja nas instituições ou organizações que exercem, além do poder político, poder econômico, poder ideológico, poder religioso, poder cultural, além de tantas modalidades de poder.

O poder político tem grande influência sobre as múltiplas relações sociais de uma comunidade, estabelecendo regras e normas para o bem comum. O poder político é o poder dos poderes, produzindo efeitos estruturantes na organização da comunidade política, regulando outros poderes e moldando práticas da convivência comum, estabelecendo o que é permitido e o que é exigido para todos, sob pena de sanções efetivas.

O poder político é uma invenção humana, uma construção convencional, que ocupou seu espaço quando os homens se uniram em favor de um propósito. Esta construção humana, posteriormente, limitou a própria liberdade humana.

Com o passar do tempo, o poder político foi institucionalizado na figura do Estado. Ora, o Estado é uma realidade empírica cuja existência é incontroversa, mas é também uma realidade extremamente mutável, uma vez que nasce, desenvolve-se e assume múltiplas formas e, frequentemente, por razões várias, debilita-se e se desagrega. A denominação Estado (do latim *status* = estar firme), significa situação permanente de convivência ligada à sociedade política, aparecendo pela primeira vez em *O Príncipe*, de Maquiavel, em 1513. Em razão deste argumento, alguns autores não admitem a existência do Estado antes do século XVII. Todavia, outros autores




argumentam que a sociedade denominada Estado é, na sua essência, igual àquelas que existiram anteriormente, embora com nomes diversos, uma vez que todas as sociedades políticas que, com autoridade superior, fixaram as regras de convivência entre seus membros, exerceram o poder do Estado. (BONAVIDES, 2000).

Com o passar do tempo o Estado exerceu, com grande eficácia, a autoridade, impondo aos súditos e governados uma obediência incomum. Assim, o poder político, nesta configuração, determina que cada um fique sujeito às regras, ainda que contra a sua vontade, institucionalizando a coercitividade exclusiva e exercendo o poder de maneira legal e legítima e aceito pela comunidade política como normal e natural. Deste modo, o poder político foi eficiente, evidenciando que sem obediência, não há poder.

Assim o Estado assumiu um poder maior, alargado e global, com grande impacto nas regras de vivência comum.

Para entender este fenômeno e compreender o exercício do poder, a ciência política analisa a relação entre indivíduos e grupos, em que alguns detém maior capacidade de influenciar outros, ainda que contra a vontade deles, de forma extensiva, ampliando a ação em outras organizações como a família, as organizações produtivas, dentre outras.




Outro elemento de grande interesse da ciência política a ser estudado e compreendido em sua essência diz respeito à ideologia. Muito já se escreveu sobre ideologia e sua compreensão continua ainda difusa, sobretudo no tempo presente. A ciência política concebe a ideologia como um conjunto de ideias destinado a mudar ou defender uma determinada ordem política. Ideologias aproximam-se de crenças e ideias que justificam uma escolha e um poder, fornecendo uma espécie de orientação para uma determinada ação.

Em nome de uma determinada ideologia, muito já se fez e se desfez. De forma particular, é um dever ser que vem ao encontro de certos valores, com o sujeito identificando-se com uma ideologia porque ela expressa a ordem política ideal, na medida em que ele transpõe para a arena política sua visão de mundo em uma forma concreta sobre a realidade, seja mudando, seja conservando.

Ainda, priorizando alguns conceitos e recortes, investiga-se também o conceito de governo, como um conjunto de instituições que, em determinado momento histórico, estruturou-se enquanto logística, composto pela administração pública, por parlamento e tribunais diversos.

O Governo, enquanto instituição do Estado tem a missão de dirigir decisões coletivas políticas, de forma prática. Para tanto, existem diversas modalidades de governo, como um sistema de governo parlamentarista, presidencialista e semipresidencialista, dentre outros. Entre a cooperação e a competição das pessoas, na esfera estatal,

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

encontram-se os posicionamentos ideológicos por meio dos partidos, em que classes e grupos assumem algumas questões, em detrimento de outras. Inicia-se uma seletividade bastante disputada por grupos de interesse que fazem pressão sobre as decisões governamentais.


Um dos grandes objetos da ciência política é a compreensão clara e cristalina acerca do papel dos partidos políticos na arena política. Ora, as nomeações para o Governo e para o Parlamento (Assembleia) são, em regra, dominadas pelos partidos políticos. Por sua vez, as nomeações para eles são também muito influenciadas pelo Governo e pelo Parlamento como meio de manter a coesão do governo.

Um capítulo à parte, atualmente o maior interesse da ciência política é a relação Governo e Sociedade Civil, com mudanças significativas na ação de controle por parte da sociedade civil organizada sobre as ações governamentais, seja por meio de eleições e de mecanismos democráticos de transparência pública.

## **CIÊNCIA NA POLÍTICA: APONTAMENTOS RELEVANTES**

A ciência política analisa todos os fenômenos que impliquem a existência de poder político, a capacidade de influenciar visões de mundo de indivíduos, de forma global. Ela não tem a pretensão de apontar caminhos de melhoria do funcionamento político de uma dada sociedade. Seu grande mérito está em fazer diagnósticos fiáveis que podem tornar-se em medidas de transformação, uma vez que os atores políticos, preferencialmente elites políticas, tomam consciência do problema diagnosticado.

O rigor científico e os métodos específicos aproximam-se de outras ciências, mais estáveis e maduras, estabelecendo, permanentemente, a relação causa e efeito, alargando dados observáveis pelos métodos comparativo, estatístico, quantitativo e qualitativo. O método comparativo propõe-se o estudo de unidades políticas de modo a analisar semelhanças e diferenças entre elas quanto ao aspecto que quer estudar. Hoje, o número de comparações é irremediavelmente maior que em outros tempos. O número de países cresceu, multiplicaram-se as instituições. Já o método estatístico implica em quantificar os fenômenos políticos, estabelecendo relações numéricas entre vários. É impressionante, hoje, o número de correlações possíveis. Com relação às questões quantitativas e qualitativas considera-se, na mesma medida, critérios de padronização e critérios interpretativos com a ampliação de novos horizontes culturais.



Mesmo sabendo que a discussão sobre método é relativamente rara entre os brasileiros, sobretudo com referência à questões pontuais das ciências sociais aplicadas e ciência política porque não há tradição de pensar em explicações e em modelos de análise que são mobilizados pela produção científica, é preciso reconhecer que se avançou muito, nas últimas décadas.

Hoje, por exemplo, há a convergência entre ensino e pesquisa em ciência política e categorias das relações internacionais como preocupação recorrente de cientistas políticos, sobretudo porque a ciência política não está mais presa às categorias europeias, mas se estende a todos os continentes.

Via de regras, a produção acadêmica apresenta artigos, dissertações e teses sobre técnicas quantitativas e qualitativas de avaliação de políticas públicas, de comportamento político, de percepção democrática dentre outras temáticas afins. Quanto à problematização de opinião pública, é possível encontrar artigos sobre desenhos de pesquisa, modelos para inferência causal, análise fatorial, análise de conglomerados, tipologias, experimentos de lista, precisão de pesquisas eleitorais, análise de não respostas em questionários, entre outros temas. (BOLOGNESI; SILVA, 2020).

Pesquisadores da ciência política, no que tange à coleta de dados, apresentam resultados que consideram diversas maneiras de entrevistas, sejam elas individuais, face a face, de grupo, por correios, com questionários auto-administrados ou até mesmo por telefone.

Deste modo, os pesquisadores de ciência política, obtêm resultados mais completos, permitindo análises criteriosas de atitudes e crenças, avaliando a validade de respostas não verbais durante a entrevista, facilitando a comparação entre entrevistados e garantindo que não terão nenhum tipo de ajuda na formulação das respostas. (BOLOGNESI; SILVA, 2020).

O uso recorrente de cálculo, álgebra linear e geometria analítica garantem também a fidedignidade de resultados objetivos que permitem uma linguagem de programação com muito rigor.

O principal desafio com referência à objetividade e cientificidade da ciência política é saber o que funciona e por que funciona. No debate brasileiro há muito achismo e ideologia e pouquíssimo uso de dados verdadeiros e científicos e evidência robusta.

Considerando elementos mencionados acima, que atestam ser imprescindível que haja muita ciência na ciência política, há ressalvas. Uma delas é que a ciência política está ainda longe de formular previsões científicas absolutas e que, em relação às outras ciências, ainda é insuficiente, uma vez que mais depende de outras ciências do que o seu contrário. Em grande parte, esta ressalva diz respeito às dificuldades que a ciência política encontra para atingir o objetivo maior de entender o comportamento do indivíduo e dos grupos com ação política por entender que os seres humanos sofrem condicionamentos teleológicos, ideológicos e simbólicos. (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2002).

### Capítulo III

## A CIÊNCIA POLÍTICA E SUA INTRODUÇÃO NO BRASIL

Bem antes da ciência política, enquanto disciplina acadêmica, o espaço e o estudo da política eram apresentados no Brasil, ao seu modo, pelas ciências sociais, sobretudo por uma herança europeia que teve grande impacto em terras brasileiras, com a influência majoritária de Max Weber e Émile Durkheim, em grande intensidade, e uma pequena ou quase inexpressiva inserção de Karl Marx que até então caminhava perifericamente.

Nomes como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros das ciências sociais gozavam de grande *status*. Só mais tarde, o ambiente acadêmico brasileiro, com o aval do pensamento acadêmico norte-americano, se renova com outros interlocutores da nascente ciência política no país, como Wanderlei Guilherme dos Santos, Bolívar Lamounier e Simon Schwartzman, Fábio Wanderlei Reis e José Murilo de Carvalho. (FORJAZ, 1997).

A partir da década de 1960 a ciência política constitui-se área autônoma. Assim, apresentar como a ciência política foi constituída no Brasil é o objetivo destas linhas, a seguir.

Seguramente, a semente da ciência política foi aqui plantada pelos Institutos Universitários e Departamentos de importantes Universidades Brasileiras que contou com o apoio imprescindível de



agências governamentais, consideradas oficiais, como CNPq, FINEP, CAPES e FAPESP e ao incondicional apoio de Fundações norte americanas como a FORD, por exemplo.

O mundo vivia as consequências empíricas da guerra fria e a hegemonia norte-americana se consolidava ano a ano. Os EUA estudavam países de naturezas distintas, países do primeiro, segundo ou terceiro mundo, com o claro propósito de promover ainda mais o imperialismo avassalador. No Brasil, apesar da existência de um grupo de intelectuais prestigiados, oriundo das Ciências Sociais, nasce um grupo híbrido formado pelos primeiros cientistas políticos brasileiros e um número considerado de brasilianistas, intelectuais norte-americanos, em sua maioria, que para impulsionar a ciência política no Brasil investigaram fatos políticos de grande relevância do país, destacando-se pelo caráter científico e objetivo das pesquisas. A produção acadêmica dos autores brasilianistas foi determinante para inserir questões políticas nacionais em evidência internacional. A contribuições dos detentores desta expertise nas principais Universidades Brasileiras da época foi decisiva para colocar a fundamentos da ciência política em temáticas brasileiras. Conceitualmente um brasilianista é um acadêmico, professor, autor ou pesquisador especializado em temas referentes ao Brasil. O termo é em geral usado em relação a pesquisadores estrangeiros (não brasileiros), ou residentes fora do Brasil. No entanto, na sua maioria, eram pesquisadores americanos que detinham um amplo acesso a documentos referentes ao Brasil, além de dados arquivados, ao contrário dos in-

telectuais brasileiros, o que os colocava em uma situação de superioridade em relação aos pesquisadores natos. (FORJAZ, 1997).

O Brasil passava por uma série de transformações econômicas, políticas e sociais, principalmente em razão pelo desenvolvimento nacional em grande escala, proporcionado pela presença constante da cooperação internacional norte-americana, em apoio aos agentes públicos brasileiros em sintonia com regimes de governos mais autocráticos, em franca oposição à ascensão de movimentos sociais que apoiavam experiências socialistas, sobretudo em um período de grande tensão da polarização política entre os liberais e os socialistas.

Deste modo, compreender as transformações políticas no país era, além de necessário, vital para os interesses capitalistas e imperialistas da nação americana. Assim, seguramente, a ciência política se transformava no paradigma de produção de estudos políticos pragmáticos do Estado Brasileiro.

Para facilitar a apreensão, recomendo que assista estes dois vídeos. Acesse:

**Ciência Política no Brasil: história, conceitos e métodos**


**Ciência Política na contemporaneidade**

## Capítulo IV

# FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: OS ARAUTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA

Não há consenso quando se coloca em questão a gênese da política. Politólogos vanguardistas não comungam com a tese de que o berço da política seja a Grécia Antiga, em especial, na Polis de Atenas, mas ao mesmo tempo reconhecem sua originalidade e uma dedicação singular à reflexão que tem como objeto a vida comum e o espaço público. Mesmo que bem antes dos gregos iniciarem uma discussão acalorada sobre a distinção de público [*Ekklesia*] e doméstico [*oikos*], quase sempre na Ágora, onde tudo era discutido minuciosamente, a política em si era lapidada em outros territórios, em tempos mais antigos. No entanto, não se pode fechar os olhos para o avanço da política no período socrático, em especial nas contribuições de Sócrates, Platão e Aristóteles.

Neste ambiente saudável e cívico, discutia-se o poder e se problematizava com maturidade a indagação: quantos devem governar e como se deve governar. Mesmo que no tempo presente, ainda não há consenso sobre tais problemas, há que reconhecer as contribuições de Sócrates e sua obsessão em fazer os cidadãos pensarem por si mesmos e a pôr em questão os destinos da cidade. Foi o primeiro grande nome a aproximar o mundo do pensamento e o mundo da política pensando a política para muito além da *ekklesia* e muito além das autoridades formais, uma política para todos.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.


Mesmo sem deixar registros formais nos seus diálogos e provocações demonstrava que a política estava se transformando em um instrumento de competição dogmática de todos contra todos. Com métodos próprios e originais [leia-se maiêutica e ironia] ponderava se a autoridade das leis e dos homens que governavam era legítima ou tão somente uma retórica. Sua principal finalidade era aperfeiçoar os cidadãos para uma participação maior. Interessado em qualificar a política e o bem comum, em uma pluralidade inco- mum, foi acusado e condenado de prejudicar a política da Polis.

Diferentemente de seus discípulos e herdeiros, Platão e Aristóteles, não propôs modelos políticos do Estado e não estava disposto a querer governar, cumprindo um papel de problematizar a política sem capturá-la em formas de governo prontas e acabadas.


Com Platão e Aristóteles, as contribuições para a política foram mais formais e sistematizadas, com convicções e certezas. Platão escreveu *A República* e Aristóteles escreveu *A Política* estabelecendo caminhos definidos e claros para a ordem política.

Platão, claramente idealista, estrategiza a cidade ideal e justa em que a virtude dos sábios estabeleceria o governo mais qualificado, desmerecendo paixões populares e, conseqüentemente, a própria democracia de Atenas.

Já Aristóteles, em suas reflexões e escritos, define a política de forma realista e prática expressando com muita lógica a preocu-


A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

pação com a comunidade política, identificando o que é e o que não é a política. Há uma contribuição singular de Aristóteles sobre a questão da participação política do cidadão na Polis e sobre a melhor forma de governo, considerando a melhor constituição de uma cidade. Para tanto, inventariou, juntamente com seus discípulos, mais de 158 constituições distintas para encontrar a síntese da melhor constituição. Com critérios bem definidos, preocupa-se em descrever o melhor regime, considerando regimes constitucionais do mundo helênico e de outras penínsulas, tendo como objeto, entre outras questões, a natureza da cidade e seus elementos, o juízo das constituições e a felicidade e o regime melhor.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the right side.

Para propósitos pedagógicos, opta-se por priorizar alguns expoentes que pensaram a política sob um enfoque mais pragmático, objeto maior da ciência política. Deste modo, apresenta-se, na sequência, as principais vertentes do pensamento de Maquiavel, Hobbes, Alex Tocqueville e Max Weber que contribuíram decisivamente para os alicerces da ciência política dos séculos XX e XXI.


No início da modernidade, o então Secretário Florentino, Maquiavel, apresenta ao grande público uma nova visão da política, muito distante de toda pluralidade e convergência moral, própria da política ateniense do mundo antigo. Ao compreender a política por um viés totalmente novo, radicaliza em um pragmatismo jamais visto até então. Maquiavel não fez mais do diagnosticar o funcionamento de governos reais, dando ênfase às razões particulares do Estado

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.


em seu processo de competição e conquista. Ao escrever *O Príncipe*, com uma visão realista, expõe a sordidez dos bastidores políticos e foi rotulado como o fundador da máxima: “os fins justificam os meios.” Ao pensar a República, decide orientar o Príncipe para manter-se ou até mesmo ampliar os horizontes do poder. (MAQUIAVEL, 1973).

O abandono deliberado das questões éticas do mundo antigo libera Maquiavel para defender abertamente condutas consideradas até então suspeitas pelo pensamento judaico-cristão. Com uma posição vanguardista, consegue compreender o cenário ideal para o êxito do empreendimento político, a disposição do líder e a oportunidade circunstancial. Estudioso do mundo antigo apresenta com pouco escrúpulo maneiras de conquistar/preservar/perder o poder político por meio da *virtù* (energia e vigor); por meio da *fortù* (armas alheias e destino); por meio da perversidade (assalto, violência) ou ainda por meio do favor e consentimento dos cidadãos, explorando assim todas as possibilidades possíveis. Não se precisa chegar à densidade do pensamento do Florentino para identificar que as duas primeiras estratégias acima eram objeto de maior desejo de Maquiavel. (SINGER, 2006).


Deste modo, a leitura correta dos acontecimentos, no entendimento de Maquiavel, era o divisor de águas para uma ação exitosa.

A man in a grey suit and red tie is seated at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.


Outro nome bastante expressivo da modernidade política é Thomas Hobbes. Traz a originalidade de pensar institucionalmente o poder e, com maior clarificação, admite acima de todos os outros bens a vida e sua conservação. Por esta razão estabelece uma nova ordem contratual entre os súditos e o soberano, em uma concepção jurídica de dominação, exigindo uma obediência legítima dos indivíduos em relação ao poder do Rei que zelará pelos súditos. Hobbes cria o discurso da necessidade de uma autoridade, de um governo, assumindo o posicionamento que qualquer governo é melhor que a ausência de governo. Nascia, desta forma, o Estado Moderno, providencialista, o despotismo que, por pior que seja, é preferível ao mal maior da anarquia, da violência civil generalizada e do medo permanente da morte violenta. (HOBBS, 1993).

A man in a grey suit and red tie is seated at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the right side.

Há nos escritos de Hobbes a grande defesa do pacto entre governado e governante. Este pacto, independentemente de qualquer coisa, inviabiliza qualquer outro pacto anterior, uma vez que o indivíduo, ao transferir ao soberano seu direito, não mais o tem para passar a qualquer outra pessoa. Hobbes crava aqui o dogma da lealdade e o agravante de que, nesta nova configuração, o advento do Estado Moderno, a autonomia dos indivíduos é suprimida em favor da autoridade do soberano.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.


Seu livro, *O Leviatã*, expressa a grandiosidade deste novo poder em um simbolismo transcendental de que o representante do Estado cuidará de seus súditos de forma protecionista, proporcionando segurança em um ambiente nocivo, próprio do estado natural, em que a situação em que os homens se encontram naturalmente é uma condição de guerra de todos contra todos. (HOBBS, 1979).

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the right side.

Já em um novo cenário político, bastante liberal, após transformações econômicas da Revolução Industrial e mudanças políticas promovidas pelo Iluminismo francês e inglês, surge mais um grande expoente da política prática, Alex de Tocqueville.

Em uma atmosfera de grandes transformações continentais em que se rechaçava toda e qualquer ideia ligada ao absolutismo, o nobre Alex de Tocqueville tem a missão pontual de identificar, em terras americanas, teorias e praticidades do novo sistema prisional norte-americano. No entanto, além de conhecer o ineditismo desta experiência americana, decide investigar/avaliar outras instituições americanas, em especial as instituições policiais que eram bastante diferentes dos discursos e práticas promovidas na Europa. Sua viagem investigativa rendeu novas materialidades intelectuais sendo a mais expressa o estudo sobre a nascente democracia americana. Comparando modelos e costumes, Tocqueville torna-se um novo arauto do estudo da política. (ARON, 2000).




A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.


Examina, minuciosamente, condutas e comportamentos dos cidadãos americanos que tinham grande proximidade com religião, sentimentos, costumes e patriotismo. (TOCQUEVILLE, 2005).

Uma questão que impressionou Tocqueville em sua passagem pelos EUA e que foi motivo de elogio pelo aristocrata francês foi o livre associativismo político e a liberdade de imprensa em expressões que contagiam a opinião pública nos assuntos coletivos, contribuindo para o fortalecimento de princípios democráticos e igualitários. Percebia na sociedade americana maior possibilidade de participação e acesso às questões públicas do que nas sociedades europeias. Desta maneira, via uma maior igualdade de condições em franco contraponto aos privilégios exclusivistas de classes sociais distintas.


Como vinha de um continente que materializou o liberalismo e os discursos de liberdade, igualdade e fraternidade, percebeu que na América, diferente de países europeus, os princípios democráticos que a Revolução Francesa deixou como legado eram práticas do mundo cotidiano e não tão somente um discurso como se via em França e Inglaterra. (TOCQUEVILLE, 2005). A partir de Tocqueville, a política foi examinada pelo viés comparativo de experiências religiosas, culturas cívicas, etnias, territórios e economias, abrindo brechas para a consolidação de estudos mais programáticos.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

O século XIX marcou experiências interessantes no meio político ocidental, com insurreições, revoluções, unificações nacionalistas, guerras civis, separatismos, profissionalização dos partidos políticos e do Exército, constituições bem definidas, organizações empresariais e a burocracia, dentre outros fenômenos. É neste contexto que o sociólogo alemão Max Weber marca suas posições com publicações relevantes como *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, *Economia e sociedade*, *Metodologia das ciências sociais* e *Ciência e política: duas vocações* a obra que o insere como um dos grandes embrionários da ciência política.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the right side.

O material publicado foi fruto de duas conferências com o teor distinto do profissional da ciência e suas atribuições e outra sobre a dicotomia da viver da política (enquanto profissional da política) e do viver para a política, considerando o carisma vocacional do político. As conferências esclarecem a opinião pública, sobretudo a juventude alemã da época, as novas problemáticas do homem moderno, considerando dois grandes eixos, ciência e política. O final do século XIX marca o antagonismo da expressão profissional ora sob a abordagem racional ora sob a abordagem da paixão, do carisma. Por esta razão, Weber pauta o debate sobre o poder legal, poder tradicional e o poder carismático, sob nuances distintas. Enquanto sociólogo da sociologia da compreensão, Weber quer compreender o papel da universidade e sua produção científica, comparando modelos europeus com modelos norte-americanos, distinguindo papéis de docentes e de pesquisadores e na temática de política, o nascimento da carreira



política e da profissionalização da função do político enquanto dominação na mesma medida em que não abandona a defesa do comportamento ascético do político, como critério vocacional.

Weber soube compreender as transformações políticas na modernidade, trazendo à luz disputas partidárias nem sempre saudáveis para a dignidade da política, fisiologismos com pouco escrúpulo, o uso da máquina administrativa nos processos e o terrorismo da estratégia do medo junto aos funcionários públicos nos processos eleitorais, em especial. Desta forma marcava sua posição com estudo da política formal e do comportamento político na passagem do século XIX para o século XX.

Para facilitar seu entendimento, preparei dois vídeos com alcance didático que são esclarecedores. Assistam.

### **Nascimento da Ciência Política e suas implicações**

### **Fundamentos de Ciência e Filosofia Política**

## **APONTAMENTOS DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: a contribuição da ciência política no processo da redemocratização brasileira**

Após a segunda Guerra Mundial, a ciência política, em escala internacional, inicia um investimento na área do comportamento político das pessoas e no investimento da análise de dados sobre crescentes pesquisas de opiniões públicas, procurando identificar motivações e perspectivas dos indivíduos. A correspondência e influência desta fase da ciência política foi sentida no Brasil no período de transição entre o Regime Militar (1964-1985) e um período denominado de Redemocratização política (1979 - 1985), considerando já a anistia política e os acontecimentos/eventos políticos que marcaram o período popularmente conhecido como diretas-já até a eleição indireta do primeiro Presidente da República, pós-regime militar. Assim, identificar na opinião pública o comportamento político e sua crença para ajudar a nova democracia a sobreviver e florescer e o que poderia fazer e manter o apoio dos cidadãos quanto à ideia de democracia, foi do interesse de muitos estudiosos da ciência política brasileira, em especial dois nomes do mundo acadêmico, considerados brasilianistas o espanhol, na Alemanha, Juan J. Linz e o norte-americano, Alfred Stepan que se debruçaram sobre o objeto de comparar transições democráticas em alguns países da América do Sul que, de forma semelhante, foram submetidos a experiências ditatoriais.

Com acesso a documentos confidenciais, em arquivos norte-americanos, os pesquisadores revelaram processos intrínsecos desta passagem do período militar para um novo período aparentemente democrático intitulado, no Brasil, A Nova República.

Neste sentido, a contribuição da ciência política para um estudo pontual sobre a redemocratização brasileira revelou, entre outras questões, que mesmo em governos considerados democráticos, ainda havia pilares ditatoriais camuflados, identificando que, embora a Ditadura Militar em seu caráter formal inexistia, havia sim a existência de inúmeros dispositivos e mecanismos de poder ainda preservados pela cultura autoritária. (LINZ; STEPAN, 1999).

A pesquisa dos brasilianistas revelou que, dos países investigados pelos pesquisadores como Chile, Argentina e Uruguai, o Brasil foi aquele que reuniu mais dificuldades para consolidar a nascente e embrionária democracia, uma vez que no novo governo intitulado democrático encontravam-se espaços e nichos nitidamente autoritários, seja na manutenção de Ministérios correspondentes ou de agentes públicos que ainda mantinham forte relação com os princípios autocráticos do regime militar, seja na influência de pautas conservadoras ou avessas a uma democracia propriamente consolidada.

Passados mais de 30 anos após o término do regime militar, é comum acompanhar mobilizações favoráveis ao retorno dos militares ao poder, evidenciando o comportamento político de milhares de brasileiros favoráveis ao autoritarismo.

Os pesquisadores citam, no trabalho, manobras sutis e simbólicas da permanente presença de uma cultura autoritária no primeiro governo democrático indireto (1985-1989), sobretudo no processo de construção da Constituinte de 1988, moldando trechos constitucionais, mas também no segundo governo democrático (1990-1995), eleito diretamente pelo eleitorado brasileiro, apontando a interferência, no plebiscito de 1993, sobre a escolha do regime de governo.

O saldo do trabalho dos brasilianistas Linz e Stepan estava na conclusão de que a democracia brasileira, ao menos nos dois primeiros governos considerados democráticos, não era tão democrática, em sua essência, havendo muitos ranços de uma cultura ainda autoritária e que vieram a público graças a um estudo da ciência política acerca do comportamento político dos brasileiros e do acesso de pesquisadores renomados a documentos históricos, de posse do Governo norte americano, por conta da efetiva relação diplomática dos dois países, mesmo após o fim do regime militar.

Assim, com certeza, o livro *A transição e consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul*, dos autores mencionados, foi uma das grandes contribuições da ciência política para a justa memória do processo de redemocratização.

Para um maior aprofundamento, recomendo uma breve leitura sobre o material abaixo.

**Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia**

## Capítulo VI

# TÓPICOS NEOCONTEMPORÂNEOS DA CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL

A disciplina ciência política, sobretudo seus aspectos contemporâneos é desafio de múltiplas ordens. A Ciência Política ampliou a gama de temas de interesse a fim de, em primeiro lugar, ter maior compreensão dos fenômenos políticos vigentes no país, além de pensar em transformações que ocorrem de forma subterrânea, mas que sinalizam novas transformações nas décadas que se aproximam.

Uma vez que a ciência política também se atualiza em função do cenário político e social, seja em âmbito nacional ou internacional, inclui-se temas como grupos de pressão, a ascensão de *outsiders* na política, judicialização na política e o sempre retorno do fenômeno do populismo, compreendendo-os como temáticas que ganharam robustez nas últimas duas décadas deste século XXI.

Outros temas são de interesse para a atualização da ciência política contemporânea, mas para subsidiar graduandos da Administração Pública, as temáticas recortadas acima possibilitam um entendimento da diversidade dos desdobramentos que a política promove no tempo presente, afetando, direta ou indiretamente, a sociedade brasileira e mundial.

## 6.1 Grupos de pressão

Influenciar os detentores da decisão é o objeto de todo e qualquer organização. Chama-se isso de pressão, de interferência ou de mobilização junto aos setores formais da organização política convencional. Na política oficial existem muitos grupos de interesses justificáveis e que aspiram ser referência nos órgãos governamentais. Como em política os conflitos são inerentes, existem centenas de grupos de pressão, bem articulados, que atuam na arena política institucional. Os muitos grupos de pressão coagem os detentores do poder institucional e a opinião pública, de forma generalizada, para que forcem também aqueles que decidem sobre políticas governamentais institucionais e políticas públicas. (BOBBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 2002).

Antes de avançar em questões específicas de grupos que influenciam detentores do poder e representados, distingue-se conceitualmente grupos de interesse, grupos de pressão e partidos políticos.

Todos fazem *lobby*, agindo estrategicamente para pautar decisões públicas. É uma articulada transmissão de mensagens de determinado grupo em relação aos tomadores de decisões do poder governamental ou representantes especializados que podem ou não fazer uso da interferência que eles fazem.

Grupos de interesses costumam apresentar reivindicações com a finalidade de instituir, manter ou ampliar formas de comportamentos governamentais que venham ao encontro de interesses específicos favoráveis às suas pautas.



Por sua vez, grupos de pressão indicam a existência de motivações comuns, alterando objetivamente a distribuição de serviços e oportunidades, assegurando de forma imperativa valores de toda natureza por meio do poder político.

Via de regra, os grupos de pressão fazem frente a um problema imediato. Por outro lado, partidos políticos, são estruturas especializadas na agregação de interesses. Representando diferentes de grupos de pressão, os partidos políticos colocam-se como defensores de muitos interesses. São grupos de pressão aqueles agrupamentos organizados para introduzir mudanças em seu favor sem, contudo, participar do processo eleitoral em si.

Todos os grupos sejam de interesse, de pressão e até mesmo os partidos políticos fazem *lobby*, com grande intensidade, seja com objetivos coletivos ou particulares. Na sua maioria, fornecem aos tomadores de decisão relevantes informações para que o veredicto final aconteça. De diferentes formas, tais grupos são representados por assessorias de assuntos parlamentares e entidades classistas e de categorias funcionais.

A grande novidade é a importância do chamado *lobby* legítimo, um saber especializado para identificar questões pedagógicas para a sociedade brasileira. Fazem um monitoramento saudável, além de criar, ao seu estilo, estratégias de ação com a possibilidade de apresentar sugestões e proposições para o melhoramento da vida coletiva. (RODRIGUES, 1992).

O *lobby* público tem grande ressonância sobre Ministérios, Estaduais, Autarquias e, principalmente, agências reguladoras, assegurando e inovando em direitos.

No Congresso Nacional existem centenas de frentes parlamentares que, com pressões legítimas ou não, tentam condicionar os parlamentares para votações que atendam seus propósitos. Existem frentes parlamentares, por exemplo, de ruralistas, sindicalistas, evangélicos, de empreendedores da educação, de proprietários dos meios de comunicação, dentre tantas outras.

Todas as modalidades de pressão junto às autoridades governamentais visam obter determinadas medidas dos poderes do Estado, satisfazendo seus interesses particulares. Fazem uso de processos e táticas que vão da persuasão à força (violência/ameaça).

Grupos de pressão sempre existiram em todos os tempos e em todos os regimes, desde a antiguidade. Influenciam e impõem decisões políticas que deveriam ser da livre e exclusiva competência dos governantes. (AZAMBUJA, 1998).

Para maior aprofundamento desta problemática, recomendo:

**O que é o famoso lobby da política X iniciativa popular**

## 6.2 O advento de *outsiders* na cena política

Fenômenos políticos podem ser passageiros ou não. A própria palavra fenômeno remete a um estado de excepcionalidade ou de uma intensidade acima do normal, em resposta a algum evento político ou social que contribui para sua ascensão. Há a gradativa ascensão de um novo *status político* denominado de novos políticos antissistemas ou ainda de novos homens públicos vindos da esfera privada, designado de vários modos até se aproximar de um discurso mais clarificador de candidatos *antiestablishment* ou de gestores pragmáticos, culminando na popularização, pelas redes sociais, como *outsiders*. Muito comum nas democracias ocidentais, tem particularidades na Europa, Ásia, América do Norte e América do Sul, em especial no Brasil, sobretudo pela massiva demonização da política convencional e tradicional patrocinada por grandes veículos de comunicação de massa e grupos editoriais de grande formação da opinião pública. No caso brasileiro, há que considerar a maior intensificação pós-operação Lava-jato que evidenciou para o grande público a maior deterioração do sistema político de todos os tempos, abrindo um espaço gigantesco para o desempenho de lideranças com características vindas do extramuros político.

Com pouca experiência eleitoral, mas grande competência midiática, os *outsiders* da política apresentaram um discurso meritocrático alicerçado na defesa de gestões eficientes e pragmáticas, em oposição à administrações burocráticas e de grande suspeição de comportamento antiéticos, em detrimento da moralidade pública.


Analisando parte da literatura existente sobre este fenômeno, há poucos trabalhos qualitativos de grande relevância que esclareçam fenomenologicamente a essência do seu protagonismo. No entanto, elenca-se alguns referenciais que merecem atenção especial como Tanaka (1999); Conniff (2003); Rodrigues (2009); Barr (2009); Cogollos (2012); Richards (2017); Avritzer (2020), dentre outros.

Estudos avançados de ciência política neste objeto não são homogêneos. A priori existem duas grandes vertentes de pensamento que concebem os *outsiders* como lideranças sem experiência prévia na política e candidatos fora do *establishment* político tradicional.

Para subsidiar a comunidade acadêmica da Administração Pública, prioriza-se o recorte acadêmico que diz respeito àquelas lideranças políticas que não fazem parte da elite política tradicional e/ou convencional, normalmente mais competitivos. Esta opção é defendida por um grande teórico da ciência política chamado Robert R. Barr, no livro *Populistas, outsiders e antiestablishment políticos*.

Há, em curso, estudos de ciência política mais profundos que visam medir/avaliar resultados comprovados na Administração Pública considerando o protagonismo de políticos *outsiders* com suas características específicas na gestão pública.

Neste momento, acontecem muitas investigações comparativas entre ações governamentais de políticos convencionais em relação a políticos com esta nova característica, com indicadores que analisam



o comprometimento da saúde financeira e a inserção de políticas públicas do País, Estado e Município, considerando as metodologias comparativa e estatística, própria da ciência política. Ainda não há um padrão definido, uma vez que resultados provisórios dão conta de desempenhos ora distintos ou semelhantes aos políticos do Poder Executivo, considerados convencionais.

Praticamente inexistente literatura acerca de *outsiders* na política na esfera do Poder Legislativo. Esta lacuna tende a ser preenchida, brevemente, uma vez que não é pequeno o número de novos protagonistas desta natureza, no Parlamento mundial e brasileiro.

É vital compreender este fenômeno inteiramente e os resultados obtidos por este fenômeno mundial.

Considerando a genealogia do fenômeno a utilização da expressão *outsider* remete a trabalhos sociológicos do prestigiado sociólogo alemão, Norbert Elias e Scotson, no texto intitulado *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, publicado em 1965. Na oportunidade não havia ainda a pretensão de um estudo de natureza política, uma vez que o material fazia menção a um grupo de moradores de uma pequena comunidade, considerados os estabelecidos, em conflito com pessoas oriundas de fora, considerados os estrangeiros, com atuações singulares em um claro confronto de posições, estratégias e metodologias.

É, seguramente, deste primeiro trabalho, a construção do conceito que mais tarde foi apropriado por pesquisadores da ciência política e popularizado junto à opinião pública.

Um número expressivo de politólogos, iniciaram uma investigação para compreender o ingresso de novos protagonistas na cena política tradicional, passando a ocupar cargos vinculados ao Poder Executivo ou ao Poder Administrativo, em especial Presidentes, Chefes de Estado, Ministros, Secretários de Governo, Governadores e Prefeitos, de centenas de países da democracia ocidental.

Um aspecto importante acerca dos *outsiders* na política é a análise do conteúdo dos discursos que se propagam em campanhas eleitorais e na mídia social como um todo, além de seus pontos considerados fortes e outros mais fragilizados ou com pouca consistência.

A grande vertente desta nova categoria está em rechaçar a ordem estabelecida pelos atuais agentes públicos, herdeiros da tradição política, em nome de uma gestão meritocrática e de uma educação executiva em sintonia com as vigas mestras da iniciativa privada.

Ao condenarem condutas de políticos tradicionais, por consequência, opõem-se às regras institucionais em um claro conflito de poderes, em uma campanha velada e sutil de desmoralização e desvalorização de estruturas governamentais já consolidadas.


Em campanhas midiáticas, os defensores desta nova categoria política, disseminam ideias antipartidárias, fortalecendo-se na de-

gradação do atual sistema político vigente, advogando em nome de novas legendas partidárias que atendam a oportunidade e conveniência do novo empreendimento político. (RICHARDS, 2017).

Enquanto matriz programática, é comum entre os politólogos o consenso de que a primeira experiência bem-sucedida ocorreu em terras britânicas com a ascensão de um outro *status político* em contraposição às hegemonias dos Partidos Trabalhista e Conservador, na eleição nacional de 2014. A partir desta visibilidade mundial, intensificam-se em outras fronteiras europeias experiências similares. O êxito desta nova categoria na Inglaterra foi também motivado pelo discurso de ruptura do país com a União Europeia, polêmica que se arrastou nos anos seguintes em um enfrentamento de ideias favoráveis e desfavoráveis ao BREXIT, sigla referente à saída de Grã-Bretanha da União Europeia.

No caso brasileiro, constata-se maior crescimento do empreendimento de *outsiders na política* muito mais por conta do descrédito da atual classe política do que por outros fatores mais visíveis em outros países, considerando a realidade local, por conta das jornadas de junho de 2013, mas principalmente pelo início da operação Lava-jato em 2014 em um novo paradigma político nacional.

Como toda ação tem consequência, empiricamente, houve resultados concretos de mudança da percepção do eleitor brasileiro já nas eleições de 2016, com o triunfo de vários candidatos denominados *outsider*, em especial nas capitais paulista e mineira com João

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk, writing in a notebook. The background shows a bookshelf filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

Dória e Alexandre Kalil. O primeiro, oriundo do mundo da comunicação privada e do entretenimento e o segundo vinculado ao mundo esportivo. Estas primeiras experiências exitosas marcaram a guinada da percepção política de milhões de brasileiros em uma sinalização favorável ao fenômeno da nova categoria política.

O prestígio desta classe política, em ascensão, residia no fato de que não estavam engessados em conchavos e vícios da velha política e que, por conta destas condutas, comprometiam a eficácia da gestão pública, induzindo a opinião pública a uma clara oposição às instituições políticas convencionais como o Congresso Nacional e o Judiciário, por exemplo.

Dando sequência à sua reflexão, recomendo que assista a estes dois vídeos esclarecedores. Veja:

**Mais de 50% do eleitorado considera votar em  
“outsiders” em 2018**

**Outsiders na Política e a Teoria de Raskólnikov**




## 6.3 A judicialização da política: um novo paradigma

Muito embora seja comum a expressão judicialização na política, o debate acerca dos limites e das reais funções dos poderes institucionais Executivo, Legislativo e Judiciário remete ao período denominado Iluminismo europeu, em especial com Montesquieu e a grande produção denominada *O espírito das leis* em que, em um crescente, o direito foi gradativamente percebido como uma estrutura imprescindível dentro da organização social.

É bem verdade que a atual sobreposição do Poder Judiciário sobre os demais Poderes Executivo e Legislativo tem variáveis distintas em várias democracias ocidentais, mas seguramente, no Brasil, expressa uma hegemonia jamais vista até então.

O senso comum confunde elementos importantes deste fenômeno jurídico e mistura questões que envolvem ativismo judicial e judicialização. O objeto deste recorte é a clarificação da judicialização na política e não a judicialização em si.


Enquanto conceito, entende-se a judicialização como uma prática quase populista na medida em que tem a pretensão de defender a interpretação aberta de princípios constitucionais. Em alguns casos, também é compreendida como um dispositivo de abuso de poder, uma vez que tende a conflitar-se frontalmente com outros poderes, em benefício próprio.



Esta hegemonia do Poder Judiciário em relação aos demais poderes caracterizara o poder dos poderes, chamado pelos politólogos da ciência política de judicialização na política, desautorizando o equilíbrio defendido ainda no período Iluminista, por Montesquieu.

Este fenômeno tem relação com a influência que o Judiciário exerce sobre os demais poderes e, por consequência, sobre a sociedade de maneira geral. No entanto, há que distinguir claramente os conceitos de ativismo judicial e judicialização. Assim, o ativismo judicial, experiência embrionária norte-americana, era a atuação de um tribunal ou de seu representante sobre as Leis e a Constituição, por exemplo, ampliando sua atuação em uma hermenêutica interpretativa nem sempre fiel à legislação em si. Deste modo, tanto na sociologia jurídica quanto na ciência política concebe-se ativismo judicial como uma interpretação generalizada, não garantida pela legislação, em um claro relativismo jurídico com potencial para desestabilizar o Estado de Direito vigente. (MEDEIROS, 2020).

O ativismo judicial é bastante percebido no contexto na política nacional na medida em que o Supremo Tribunal Federal amplia seu poder decisório sobre os demais Poderes, introduzindo novos e inéditos ordenamentos jurídicos, sem a legitimidade das Casas de Leis, a Câmara Federal e Senado Federal.



Por outro lado, a judicialização é um dispositivo que envolve um grau maior de influência do Judiciário em áreas relativas às relações socioeconômicas e até mesmo interpessoais pela via judicial, sobretudo pela atual negligência dos agentes públicos responsáveis em manter uma sociedade equilibrada em que os governantes e representantes oficiais agreguem reivindicações da sociedade civil organizada, em que o Estado desempenhe as funções de modo justo e igualitário e que os responsáveis pela Administração Federal produzam tanta riqueza quanto impostos. (BARROSO, 2008).

Para facilitar sua apreensão sobre os conteúdos problematizados neste breve capítulo recomendo que assista a estes dois vídeos.

**Seminário Brasil, brasis: A judicialização da política**


**Judicialização da política, por Boaventura de Sousa Santos**

## 6.4 O populismo na contemporaneidade

Escrever sobre o populismo é sempre um risco, seja por incompletude ou má compreensão ou até mesmo adesão ou rejeição, dependendo da interpretação de quem escreve para quem escreve ou até mesmo da posição em que se está. Neste material foca-se em uma dimensão acadêmica, mais erudita que popular, considerando os pilares da sociologia política e da ciência política. Muito embora, em uma simples apreensão, é comum considerar no uso corrente que são populistas os políticos que enganam o povo com promessas não cumpridas ou pior ainda, os que articulam retórica fácil com falta de caráter em nome de interesses pessoais. (FERREIRA, 2001)

Embora o fenômeno populismo seja bastante antigo, tendo as primeiras fundações, possivelmente em solo russo, as primeiras investigações acadêmicas, no Brasil, sobre o populismo ocorreram na década de 1950, em reuniões periódicas de um grupo de intelectuais em Itatiaia – SP, rotulado Grupo de Itatiaia. Nesta primeira abordagem, houve, como resultado imediato, a primeira produção acadêmica sobre o objeto, conhecido como IBESP e os cadernos de nosso tempo, para mais tarde avançar para o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), sob a coordenação do politólogo Hélio Jaguaribe.

Os primeiros estudos, considerando o contexto nacional, davam conta de que as condições fundamentais e a emergência do populismo expressava-se na política de massas, fenômeno vinculado


A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

à proletarianização dos trabalhadores na sociedade moderna e a hegemonia de outra classe dirigente que, sem condições de dirigir o Estado com estabilidade, precisava conquistar o apoio político das massas emergentes.

A intenção primeira dos estudiosos, embora com cores ideológicas, era formular uma interpretação para a crise nacional, à época, e mobilizar as forças progressistas para um processo de reformas de base, oferecendo diversa visão de mundo e de país, discutindo academicamente o surgimento do populismo na política brasileira. (GOMES, 2001).

Para um dos maiores estudiosos do populismo brasileiros, Francisco Weffort, ele era o produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, explicado pela debilidade das velhas oligarquias rurais e incompetência das oligarquias alternativas e dos segmentos do empresariado urbano da época. (WEFFORT, 1968).

Neste cenário, surgiram importantes publicações sobre o objeto do populismo nascente, a saber: texto de Celso Furtado, na revista de Sartre, denominada *Brasil tempos modernos* em 1968, e participações relevantes de Antonio Callado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Emir Sader, Francisco de Oliveira, Boris Fausto e o próprio Francisco Weffort.

A man in a grey suit and red tie is seated at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

Enquanto esclarecimento de suas matrizes teóricas, a contribuição da filósofa Marilena Chauí foi bastante significativa. Diferentemente de uma veia mais sociológica ela procurou as bases e raízes da receptividade do populismo em solo nacional escrevendo um artigo denominado *Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominado*, avançando em uma discussão mais hermenêutica que propriamente narrativa.

Sua pesquisa identificou um poder que procurava realizar-se sem as mediações políticas tradicionais, que procurava afastar a estrutura política convencional e que operava ativamente para afastar as instituições políticas, tanto os partidos políticos, como formas políticas de organização da sociedade civil em uma operação direta entre governantes e governados.

Os apontamentos de Marilena Chauí diagnosticavam um poder pensado e realizado sob a forma de tutela, em que o governante se apresentava como um messias ou aquele que detinha não só o poder, mas também o saber social privando os governados do conhecimento do mundo sistêmico, dominando-os completamente e transformando-os em massa de manobra ou idiotas úteis.

Em publicações clássicas, Max Weber, já apontara características denominadas de dominação carismática, a personalização do poder. Assim, no contexto nacional, o governante populista incorporava o poder, que não mais se separava nem se distinguia de sua pessoa, uma vez que não se fundava em instituições públicas nem se realizava através de mediações políticas convencionais. (CHAUÍ, 1998).

Passadas décadas, o populismo não foi vencido pelo desenvolvimento de uma sociedade civil organizada. Continua presente na política brasileira com resquícios da dependência de lideranças fortes e da ausência de instituições formais que representem os interesses sociais de maneira não clientelista

No entanto, como a intenção deste tópico é explorar o populismo no Brasil contemporâneo e a potencialidade de fenômeno mundial, cada vez mais crescente na contemporaneidade, há que se fazer algumas considerações.

Compreende-se o avanço do populismo global pelo desencanto das pessoas pela política convencional em si e pela sua gradativa demonização, expressa pela mídia formal e por escritos editoriais expressivos entendido hoje pelo fenômeno da desdemocratização e pelas respostas ficcionais e simplificadoras, além de alternativas oferecidas por novos agentes políticos, considerados populistas.

O sonho da política do amanhã, de um horizonte diferente e especial está cada vez mais distante. A máxima de que enquanto houver processos democráticos, o cidadão resistirá e até sobreviverá, está em ruína. A possibilidade de um contraponto com perspectiva de atingir objetivos concretos na vida pública, não entusiasma mais. O desencanto é gritante.

Em nível mundial, independente da emergência de políticos considerados populistas a serviço do discurso da financeirização do mundo, antevê-se um quadro internacional que ajuda a compreender a ascensão diária do fenômeno.

O mundo da globalização, é qualificadíssimo em desqualificar qualquer contraponto dos defensores do social que, impotentes e desarticulados, mantêm-se aprisionados no espaço jurídico-político dos territórios nacionais. A abstração dos mercados, hoje soberanos, manipulam segmentos políticos em seu favor e advogam em favor de representações políticas convergentes com o interesse das grandes corporações internacionalizadas.

O atual quadro mundial é bastante propício para o avanço de políticas neoliberais, na medida em que contribuem deliberadamente para a deflagração de colapsos econômicos para acelerarem políticas austeras de cortes e declínios de projetos vinculados às políticas públicas emancipacionistas e igualitárias.

As formas financeiras contribuem decisivamente para uma imposição às massas de trabalhadores mundiais os ditames da privatização mundial.

Muitas fusões e aquisições de corporações internacionais acompanharam o deslocamento das empresas que operam em muitos mercados, possibilitando maior controle dos mercados mundiais e ampliando o fosso entre o desempenho dos sistemas empresariais globalizados e as economias territoriais submetidas às regras jurídico-políticas dos países emergentes ou periféricos, debilitando a força dos sindicatos mundiais e dos trabalhadores autônomos, e de sociedade atomizada, fazendo desaparecer a sobrevivência dos direitos sociais e econômicos, considerados como obstáculos à operação das leis de concorrência.



Embora haja discursos que expressem denominações de populismo de direita, populismo de esquerda, populismo econômico ou qualquer outra variável, o populismo, na atual configuração é a emergência de novos quadros em prol da dominação sistêmica conveniente ao poder soberano que não é outro senão o poder da financeirização do mundo e seus interesses explícitos e ocultos.

Para aprofundar o fenômeno do populismo mundial e compreender suas sutilezas e tergiversações acesse:

**‘Está surgindo uma arte populista de governança’, alerta cientista político referência mundial**


**Derrota de Trump abala o populismo no mundo, mas não o derruba**

**O que podemos aprender com líderes populistas**

**Vargas Llosa: populismo “é hoje em dia um fenômeno mundial”**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O momento atual é propício para se estudar ciência política sobretudo pela grande interferência que os veículos de comunicação de massa exercem sobre indivíduos, instrumentalizando-os para comportamentos políticos direcionados. Além da indução de pensamento patrocinado pelas elites políticas sobre as opiniões de massa há, por significativa parcela de pessoas esclarecidas, um desencanto político jamais visto, condicionando-os ao afastamento do objeto da esfera pública e o alargamento da hegemonia do pensamento único seja de tendência conservadora ou liberal. Há ainda outra motivação para estudar ciência política na contemporaneidade, a expansão extensiva e intensiva de fenômenos políticos que monopolizam gravitações de questões sociais, políticas e econômicas como a judicialização na política, a emergência de *outsiders* na política, os inúmeros grupos de pressão que tentam pautar todos os espaços e o retorno, com toda a intensidade, do populismo.

A man in a grey suit and red tie is sitting at a desk in a library, writing in a notebook. The background shows bookshelves filled with books. The image is partially obscured by a dark red geometric shape on the left side.

Portanto, um estudante de Administração Pública precisa ter clareza sobre estas questões para dar sentido ao seu interesse e potencialidade de qualificar a coletividade.

É oportuno fazer aqui uma defesa da política, considerando que ela está em grande desvantagem em relação ao poder e destacadamente inferior em relação ao capital mercadológico que, com sua hegemonia, impõe aos agentes públicos [governantes e gestores públicos] sua lógica.

Por fim, afirma-se que existem três políticas: política dos cidadãos, a política dos políticos e a política técnica. Em que pese a diferença conceitual de cada uma, cabe à ciência política descrevê-las e explicá-las.

## REFERÊNCIAS

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**: Alexis Tocqueville. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AZAMBUJA, D. **Introdução à ciência política**, 11. ed. São Paulo: Globo, 1998.

BARR, Robert R. Populists, outsiders and anti-establishment politics. **Party Politics**, v. 15, n. 1, 2009.

BARROSO, L. **Ano do STF**: judicialização, ativismo e legitimidade democrática. Retrospectiva 2008. Disponível em: [www.conjur.com.br/2015-dez-22/judicializacao\\_ativismo\\_legitimidade\\_democratica](http://www.conjur.com.br/2015-dez-22/judicializacao_ativismo_legitimidade_democratica). Acesso em: 5 jan. 2021.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**, 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BOLOGNESI, B.; SILVA, G. P. da (org.). **Ciências sociais hoje**: ciência política. São Paulo: Zeppelini, 2020.

BONAVIDES, P. **Ciência política**, 10. Ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

CHAUÍ, M. de S. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. *In*: **Anos 90: Política e sociedade no Brasil** [S.l: s.n.], 1994.

COGOLLOS, S. M. La popularización de los líderes outsiders en América Latina, como respuesta a la crisis democrática de la región: un estudio del caso peruano. **Revista de Ciencia Política: de la Ciudad de Buenos Aires a la Aldea Global**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, vol. 5, n. 15, 2012.

CONNIFF, M. L. Neo-populismo en América Latina. La década de los 90 y después. **Revista de Ciência Política**, 23(1), p. 31-38, 2003.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira *In*: Jorge Ferreira (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORJAZ, M. C. S. A emergência da ciência política no Brasil. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 12 n. 35, 1997

GOMES, A. C. O populismo nas ciências sociais brasileiras. *In*: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2001.

HOBBS, T. **De Cive**. Petrópolis: Vozes, 1993.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LINZ, J. J.; STEPAN, A. **A transição e a consolidação da democracia: a experiência do sul da Europa e da América do sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MACHIAVELLI, N. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de. Sérgio Bath, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

MAQUIAVEL, N. **Príncipe**. São Paulo: Abril, 1973.

MEDEIROS, A. **Judicialização ou ativismo judicial?** Entenda a diferença! 2016, disponível em: <http://www.politize.com.br/judicializacao-e-ativismo-judicial/>. Acesso em: 25 out. 2020.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PLATÃO. **República**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RICHARDS, S. **The rise of the outsiders**: how mainstream politics lost its way. [S.l.]: Atlantic Books, 2017.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na classe política brasileira**. Centro Edelstein, 2009.

RODRIGUES, L. B. Grupos de pressão e grupos de interesse. **Curso de Introdução à Ciência Política**, Unidade VI. Brasília: UnB, 1992.

RODRÍGUES, R. V. **Neopopulismo**: uma realidade latino-americana. *Ibérica-Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos-americanos*, 8, 2008.

SINGER, A. Maquiavel e o liberalismo: a necessidade da República. *In*: Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx / compilado por Atilio A. Boron – 1. ed. - **Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales** - CLACSO; San Pablo: Depto. de Ciência Política - FFLCH - Universidade de São Paulo, 2006.

TOCQUEVILLE, A. de. **A Democracia na América**: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu Estado Social Democrático. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, M. **Ciência e política duas vocações**. São Paulo Cultrix, 1997.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira, *In*: Celso Furtado (org.). **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 196

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ  
UNICENTRO**

**NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB**

Prof. Me. Ademir Juracy Fanfa Ribas  
**Coordenador Geral Curso**

Prof. Me. Cléber Trindade Barbosa  
**Coordenador Geral NEAD / Coordenador Administrativo do Curso**

Prof.<sup>a</sup> Me.<sup>a</sup> Marta Clediane Rodrigues Anciutti  
**Coordenadora de Programas e Projetos / Coordenadora Pedagógica**

Fabíola de Medeiros  
**Apoio Pedagógico**

Ruth Rieth Leonhardt  
**Revisora**

Murilo Holubovski  
**Designer Gráfico**

August de Richelieu/Pexels  
**Foto**

Ago/2021